

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



mutua
Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea

APOIO



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
TEMA 1 - A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL	7
UMA POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL E SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES	8
CRISE BIOSOCIOPOLÍTICA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	37
OS MÚLTIPLOS DESAFIOS DA QUESTÃO URBANA BRASILEIRA	45
TEMA 2 - ORGANIZAÇÃO SINDICAL	55
ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA SINDICAL E FORTALECIMENTO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA: DIRETRIZES DE UMA AGENDA SINDICAL TRANSFORMADORA	56
A ENGENHARIA BRASILEIRA E SUAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	74

APRESENTAÇÃO

Reconstruir o Brasil com Soberania Popular, Engenharia e o Movimento Sindical é o lema do 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros – CONSENGE que tem, ainda, como temas centrais “A Reconstrução do Brasil” e “Organização Sindical”. Essa proposta de estrutura temática elaborada antes mesmo das eleições de 2022 estabeleceu, muito acertadamente, os eixos da agenda de debates que serão travados no Congresso bem como a referência para a elaboração das diretrizes para a ação da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros e dos Sindicatos de base no próximo triênio.

Em sua tradição de organização dos congressos, como uma etapa preparatória e muito relevante, a Federação e suas entidades filiadas realizam encontros / congressos regionais que utilizam como base e estímulo aos debates esse caderno de teses, ora apresentado, que contém cinco textos de autores e palestrantes do 13º CONSENGE. Pela ordem de apresentação dos textos, são eles Ladislau Dowbor, Tainá de Paula, Gilmar Mauro, tendo como coautora Fernanda Mauro Garcia, Clemente Ganz e Marcos Túlio de Melo.

Ladislau Dowbor é economista, professor da PUC-SP, consultor de diversas agências da ONU e autor de numerosos livros e estudos técnicos. Tainá de Paula, é técnica urbanista, secretária de ambiente e clima da cidade do Rio de Janeiro e vereadora licenciada da cidade, com longa militância na área de arquitetura e urbanismo. Gilmar Mauro é membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com forte atuação em prol da reforma agrária e da agroecologia. Clemente Ganz é sociólogo, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, tendo sido diretor técnico do DIEESE, entre outras atribuições em sua larga trajetória de atuação no Mundo do Trabalho. Marcos Túlio de Melo, por sua vez, é engenheiro civil, com especialização em saneamento e engenharia econômica, tendo sido conselheiro federal, presidente do CREA-MG e presidente do CONFEA, compondo, atualmente, o Conselho Fiscal do SENGE-MG e o Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros.

Apesar das singularidades ensejadas pelos temas tratados em cada texto, perceberá o leitor que, em consonância com o leque de possibilidades aberto pelos resultados das eleições de 2022 e com a tarefa inadiável de (re) construir o país, há um fio condutor comum, uma espécie de intenção central na contribuição de cada autor que aproxima os textos tornando-os complementares e formando um todo coerente. Trata-se da preocupação em cada tese com o questionamento ao atual estado de coisas e com a elaboração de propostas que nos façam repensar profundamente a forma de organização social, política e econômica do país. É um convite a pensarmos grande.

O primeiro texto, do professor Ladislau Dowbor, intitulado “Uma política econômica e social para a reconstrução do Brasil e superação das desigualdades”, como o próprio nome sugere, cobre um amplo espectro de problemas sociais e econômicos e apresenta, para cada aspecto considerado mais relevante pelo autor, propostas concretas para o seu enfrentamento. Para Ladislau, o Brasil tem plenas condições de permitir a seu povo viver com dignidade e razoável padrão de bem-estar, mas deve, para tanto, estancar os “drenos improdutivos”, em especial, aquele relacionado à financeirização, que tornam nossa economia disfuncional, paralisando-a, e promovem uma imensa concentração da renda. Para sua superação, Ladislau identifica quatro eixos de atuação: “organizar a inclusão produtiva, assegurar as bases financeiras correspondentes, atualizar as formas de gestão para que as políticas funcionem, e ampliar as bases políticas para que essas mudanças sejam possíveis”.

Tainá de Paula é a autora do segundo texto, que tem suas atenções voltadas para a questão urbana brasileira, para os desafios fundamentais a serem enfrentados para a construção de uma cidade diferente, inclusiva, resiliente, adaptada e que dê vazão à imensa demanda acumulada da população por melhores condições de vida, especialmente daquela parcela mais pobre, da periferia, das favelas, tão presentes em nossas megalópoles. Num texto com muitas indagações / provocações, chama atenção para as necessidades e correspondentes possibilidades que se abrem na área do saneamento, da habitação, do transporte, mas, também, enfatiza a necessidade de iniciarmos desde agora, “do hoje”, as mudanças nas cidades para lidar com os problemas ambientais e do clima, que não são mais meras projeções para o futuro e sim uma realidade. Perpassando essas discussões, a autora indaga sobre o papel dos profissionais da engenharia, da arquitetura

nessas transformações e enfatiza a necessidade de que novos atores, novas vozes sejam ouvidas na elaboração das políticas públicas voltadas a essa temática.

O terceiro texto, de Gilmar Mauro e Fernanda Mauro Garcia, problematiza a questão da soberania ambiental e alimentar de forma bastante abrangente, questionando nossa própria relação com a natureza, nosso atual e insustentável modo de produzir e consumir, apontando, apoiados em sólidos indicadores, os imensos desafios ambientais, sociais, econômicos e alimentares que temos à nossa frente e a necessidade de repensarmos profundamente nossas práticas sob pena de comprometermos o nosso futuro comum e produzirmos uma “catástrofe sociobiopolítica”. A combinação da brutal concentração de renda e da propriedade da terra, de um lado, com as constantes e crescentes agressões à natureza, de outro, são impulsionadas pela especulação financeira predominante no capitalismo em seu estágio atual. E, para interromper esse processo, os autores sugerem um conjunto de propostas de transformação que mostra ser possível pensar um novo mundo, para o qual, entre outros aspectos, a reforma agrária e a agroecologia são ingredientes fundamentais.

Clemente Ganz, que está participando ativamente das discussões sobre mudanças na legislação sindical e trabalhista, em assessoria ao Fórum das Centrais Sindicais brasileiras, apresenta neste texto uma série de propostas, denominadas “Atualização do Sistema Sindical e Fortalecimento da Negociação Coletiva”, que ainda estão em elaboração e negociação com o governo federal, representações patronais, dentre outros atores atinentes ao tema. Após fazer um retrospecto das mudanças ocorridas na legislação sindical depois da Constituição Federal de 1988 e um sumário das alterações nas legislações implementadas em dezenas de países na sequência da crise financeira internacional de 2008, apresenta o que denomina de “Fundamentos para um projeto de mudança” e as diretrizes, propriamente ditas, para “um projeto de valorização da negociação coletiva e de atualização do sistema sindical”. As propostas compreendem questões como financiamento sindical, organização sindical, representação sindical, negociação coletiva e, como não poderia deixar de ser, pela natureza polêmica de tais assuntos, certamente, ensejará acalorado debate.

O último texto dessa série de cinco contribuições foi elaborado pelo engenheiro e dirigente sindical Marcos Túlio de Melo e trata, exatamente, das questões de interesse institucional do profissional da engenharia. Em caráter introdutório, o autor enfatiza a importância da engenharia e de seus profissionais para a consecução de um projeto de desenvolvimento nacional e com soberania, algo que nunca é demasiado ressaltar. Em continuidade, apresenta um histórico da constituição do sistema CONFEA / CREA e da sua Caixa de Assistência – MÚTUA, bem como suas atribuições e alterações ocorridas ao longo do tempo no arcabouço institucional que regulamenta a profissão. Em seguida, adentra na discussão dos “conflitos [internos e externos] de atribuições profissionais”, finalizando com a apresentação da regulamentação da profissão de engenheiro e das propostas para desregulamentação ou flexibilização da regulamentação objeto de debate nas entidades do setor e no Congresso Nacional.

Como se pôde perceber por essa apresentação, os autores aportam uma valiosa contribuição ao debate e aos trabalhos que virão a ser realizados nos encontros / congressos regionais e, posteriormente, no 13º CONSENTEGE. São teses com análises realistas sobre a situação dura e desafiadora em que nos encontramos, mas, ao mesmo tempo, carregadas de otimismo e esperança nas sugestões que fazem para a (re) construção do Brasil.

É um material rico que, certamente, apoiará os debates e a elaboração, por parte dos engenheiros e engenheiras congressistas, de propostas de diretrizes para a ação da FISENTEGE no próximo triênio. Trata-se de um período histórico que demandará de todos nós participação e engajamento firme e decidido não apenas para impedir qualquer retrocesso histórico, combatendo a ultradireita sem tréguas, como, principalmente, para firmarmos os alicerces para a construção da nação que sonhamos e queremos legar às nossas próximas gerações. Esperamos que este material inspire e estimule a todos nessa jornada.

Boa leitura!

TEMA 1 - A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Subtema 1.1 - Uma política econômica e social para a reconstrução do Brasil e a superação das desigualdades

Subtema 1.2 - Políticas públicas estratégicas: cidades, soberania ambiental e alimentar

CRISE BIOSOCIOPOLÍTICA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Gilmar Geraldo Mauro³² e Fernanda Mauro Garcia³³

Introdução

Para debater sobre políticas públicas estratégicas que objetivem a construção de uma soberania ambiental e alimentar, é necessário entender o tema de forma sistêmica, articulando-o constantemente às distintas áreas do saber em sua intrínseca relação com a conjuntura política e econômica de nosso tempo histórico.

A tese de que é possível alimentar toda a humanidade de forma agroecológica, portanto, coloca o desafio de pensar a dimensão prática da ação política, a partir dos saberes até então produzidos.

O primeiro elemento a ser destacado é de caráter etiológico: a terra, a água e todos os recursos naturais devem ser transformados em patrimônio público da humanidade e seu uso deve responder às necessidades sociais. A esta formulação se atribui ainda mais importância, devido ao acirramento da desigualdade social e à catástrofe ambiental vivenciadas nos últimos anos nos cenários brasileiro e mundial.

Estima-se que 850 milhões de pessoas no mundo passem fome e mais de 2 bilhões estão em situação de insegurança alimentar. No Brasil - país que havia saído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014, em decorrência da criação de Políticas Públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional - agora figura novamente neste cenário. Estima-se que mais de 33 milhões de pessoas não tenham o que comer. Esses números, obtidos pelo 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19, apontam, ainda que houve um aumento de cerca de 14 milhões de novos brasileiros passando fome em apenas um ano e que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com insegurança alimentar em algum grau.

Em descompasso a esta realidade, figura outra cena que desmantela o mito de nossa racionalidade voltada ao progresso. No último relatório do UNRISD (Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social), realizado em 2022, sobre

³² Membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

³³ Graduanda em Psicologia da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

a concentração de renda no mundo, constata-se que 1,2% dos mais ricos do mundo detêm 47,8% da riqueza total, US\$ 221,7 trilhões. Por outro lado, mais da metade da humanidade, 53,2%, detêm 1,1% da riqueza total.

Segundo o *The Economist*, “a cada ano, US\$ 2,6 trilhões em alimentos são desperdiçados”, montante suficiente para acabar com a fome no mundo quatro vezes. Da mesma forma, constata-se que 80% da comercialização dos grãos no mundo é controlada apenas por quatro grupos, o que significa dizer que não apenas a renda fica extremamente concentrada, mas também o paradigma tecnológico se reduz, majoritariamente, a um só modelo de produção extremamente destrutivo.

Torna-se óbvio afirmar que, nesse panorama de desigualdade abissal, destruição ambiental, concentração de riqueza e crise estrutural, as transformações a serem empreendidas devem ser sistêmicas e radicais. Ao estilhaçar, assim, o mito da escassez de recursos suficientes para permitir à população mundial uma alimentação saudável e sustentável ao planeta, pode-se, por fim, tratar do tema da agroecologia sem o medo de abandonar o discurso ideológico que pretende tingi-la como ingênua.

Nesse sentido, é importante salientar outro ponto. Vivemos um paradoxo entre a fome e a obesidade. As consequências à saúde dessa contradição são graves. Cerca de 60% da dieta alimentar global se baseia em apenas quatro produtos: soja, milho, trigo e arroz. Estes alimentos são consumidos em seu estado natural e, também, por meio de alimentos ultraprocessados, produzidos por grandes conglomerados econômicos.

O comércio internacional de *commodities*, produtos padronizados internacionalmente que incluem os grãos citados anteriormente, está concentrado nas mãos de pequenos grupos transnacionais. Além de monopolizar o seu comércio, estes, ao atuarem nas bolsas de mercadorias e futuros, com seus produtos, lucram com a especulação financeira. Safras ainda não plantadas são comercializadas de antemão, antecipando a extração da “mais valia futura” e controlando os preços do mercado internacional.

A importância de uma Reforma Agrária Popular

Para tratar da agroecologia como componente estruturante na conquista da soberania alimentar e ambiental de um povo, é indispensável abordar a questão da Reforma Agrária. Esta se coloca em posição privilegiada, funcionando como pivô ao articular as catástrofes socioambientais que marcam o século XXI – destacam-se aqui as mudanças climáticas, o desmatamento, a acidificação dos oceanos etc. – à sua raiz política e econômica subjacente.

Vale destacar alguns componentes históricos tangentes ao processo de colonização latino-americana que permitem melhor compreender as razões que contribuíram para que não se empreendesse a reforma agrária no Brasil. Diferentemente de parte da Europa, onde o processo de redistribuição de terra cumpriu sua função no processo de transição do feudalismo ao capitalismo e, nos Estados Unidos, no qual esse processo também se fez útil economicamente, no Brasil e na maior parte dos países da América Latina, a realização da Reforma Agrária estava em descompasso com os interesses de industrialização dos países hegemônicos europeus.

Assim, a estrutura agrária brasileira, extremamente concentrada desde o início da colonização do país, em função do sistema das capitânicas hereditárias, manteve-se quase intacta mesmo após a chamada “Revolução de 30”, liderada por Getúlio Vargas.

Nesse período, apesar do processo de industrialização do país intensificar-se, contribuindo para que o Brasil não servisse, exclusivamente, como fornecedor de matérias-primas e recursos naturais aos países da Europa, as alianças tecidas com os sistemas oligárquicos garantiram que a estrutura latifundiária do país se consolidasse como tal. Outrossim, permitiu que seus efeitos se capilarizassem de modo a marcar a sociedade em distintos aspectos.

O índice de Gini da distribuição da propriedade da terra no Brasil, de 2017, foi de 0,73, confirmando o Brasil entre os países com a maior concentração fundiária. Analisando a base de dados de 2017 do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), constata-se que 1,34% dos proprietários rurais detêm quase 50% das terras desse país. Mas, o que é produzido nelas se reduz, majoritariamente, a produtos vinculados ao mercado internacional e não à produção de alimentos para a população brasileira.

Da mesma forma, revela-se no Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 2006, que 70% da alimentação que chega à mesa dos brasileiros é proveniente das menores propriedades rurais. Ainda segundo o Censo desse mesmo ano, no que diz respeito ao uso de agrotóxicos no Brasil, apenas em 33% das propriedades com menos de 100 ha, houve uso de agrotóxicos. No entanto, nas áreas acima de 100 ha, o percentual foi de 62% e, se considerarmos apenas os grandes latifúndios, o valor sobe para 72%.

O método de aplicação de veneno nas plantações prejudica mais os pequenos proprietários rurais. Nas propriedades com menos de 100 ha, 21% declaram não usar equipamentos de proteção. Por outro lado, entre as fazendas com mais de 100 ha, somente 3,5% afirmam não utilizarem proteção na aplicação do veneno. O método de aplicação utilizado majoritariamente nas plantações é a pulverização aérea, um dos mais agressivos ao meio ambiente e às comunidades. Por fim, vale lembrar que, no Brasil, quem aplica o agrotóxico nas pequenas e grandes propriedades é sempre a classe trabalhadora.

É importante justificar a razão do Censo estar defasado, retomando a sua história. O Censo de Agropecuário de 2006 é considerado um marco na história da agricultura brasileira, já que a formulação de seu questionário se propôs a atender às demandas reais de conhecimento da realidade rural. Entretanto, no ano de 2016, o Censo Agro sofreu cortes consideráveis relativos ao orçamento e à quantidade e ao tipo de perguntas. No que diz respeito ao questionário sobre o uso de agrotóxicos, por exemplo, foram retiradas as perguntas referentes a equipamentos de aplicação, proteção e intoxicações e o destino das embalagens, restando somente a questão sobre a utilização ou não de agrotóxicos na propriedade. Entretanto, nos últimos anos, a intensificação do uso de agrotóxicos cresceu drasticamente, devido, entre outros fatores, à liberação de centenas de novos tipos de venenos, sendo alguns deles proibidos em vários países.

É necessário, assim, pensar a Reforma Agrária para além da distribuição fundiária, singularizando-a de acordo com as necessidades socioambientais brasileiras. A transformação do modelo de produção, industrialização e distribuição dos recursos naturais, assim como dos paradigmas tecnológicos precisa, também, ser repensada.

O padrão atual de produção, baseado na Revolução Verde (1960 – 1970), movimento idealizado para aumentar a produção agrícola, por meio da intensiva utilização de insumos industriais como fertilizantes e agrotóxicos, mostrou-se não apenas

ineficaz no combate à fome, como também, insustentável do ponto de vista ambiental e social.

O uso de fertilizantes químicos nitrogenados intensifica o efeito estufa. O óxido nítrico liberado é um dos três gases mais prejudiciais ao meio ambiente. Este possui potencial de efeito estufa 300 vezes maior em comparação com o CO² e seu tempo de vida pode ser superior a 120 anos, além de poder ser destruído na estratosfera, formando N²O e contribuindo com a degradação da camada de ozônio (OLIVER et al., 1998; JOHNSTON, 1971). Observa-se que, entre 65% e 80% da produção de N²O por atividades humanas vêm da agricultura, em especial do nitrogênio presente nos fertilizantes.

Em relação ao desmatamento da Amazônia e à destruição de outros biomas, provocados pela sanha do lucro fácil, constata-se que, além de agravar o efeito estufa por conta das queimadas, suas consequências afetam, igualmente, o sistema de chuvas no Brasil e no mundo. Isso acontece porque as correntes de umidade, também nomeadas de rios voadores, faz com que as chuvas da região sejam constantes. Além disso, toda a região Centro-Sul do país e os territórios que se encontram nessa mesma latitude correriam o risco de se transformarem em desertos como o do Atacama e da Namíbia se a floresta amazônica continuasse a ser destruída.

A selva amazônica coloca mais água na atmosfera do que o rio Amazonas no Oceano Atlântico, quantidade que se aproxima de 17 milhões de litros ao dia, irrigando naturalmente toda essa área. Segundo o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), estima-se que uma árvore de 10 metros de diâmetro possa produzir mais de 300 litros de água por dia, o dobro de água que uma pessoa utiliza para suas necessidades diárias.

Assim, o desmatamento amazônico para a expansão da fronteira agrícola e para a extração predatória tem consequências extremamente severas, inclusive para a própria agricultura dessa região, que não contará com o mesmo regime de chuvas responsável pelo abastecimento desse território.

No que diz respeito ao aquecimento global, revela-se, segundo o relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), que a temperatura do globo

umentará, no mínimo, 1,5°C. Essa elevação já está provocando devastações socioambientais, como é o caso do ocorrido em São Sebastião, São Paulo (2023). Atualmente, mais de 2 bilhões de pessoas no mundo estão sendo afetadas por este tipo de desastres, e os seus impactos devem intensificar-se ao passar dos anos.

As vítimas das catástrofes naturais são as que menos contribuíram para que elas acontecessem. O modelo de produção proposto pela Revolução Verde - quando utilizado em grande escala - funciona unicamente a partir da devastação biosociopolítica, evidenciando a urgência do investimento em outro modelo, que inclua a Reforma Agrária Popular e que se questione sobre o tipo de alimentos que a humanidade quer consumir e sobre o seu modelo de produção.

Algumas ideias sobre o que fazer

A Reforma Agrária poderá, imediatamente, atender a milhões de famílias sem-terra, mas é preciso que a sociedade reflita sobre novos paradigmas tecnológicos que caminhem no sentido do bem-estar socioambiental, como é o caso da agroecologia. É importante ressaltar que o uso da agroecologia não nega, em qualquer registro, o uso da tecnologia. Ao contrário, pois impõem a necessidade de investir em pesquisas que permitam o desenvolvimento de tecnologias que aumentem a produtividade, diminuam a penosidade do trabalho agrícola, mas não se oponham às necessidades de preservação da natureza, respeitando e tirando frutos de sua biodiversidade.

Ainda nessa lógica, outras medidas podem ser propostas, como é o caso da criação de agroindústrias que visem aumentar a durabilidade dos alimentos e de indústrias responsáveis pela produção de adubos e produtos agroecológicos em escala.

Da mesma maneira, deve-se pensar em formas de aproveitamento do lixo orgânico nas cidades, ainda que com resíduos de agrotóxicos, para que estes possam ser destinados à produção de gás e adubos.

Além disso, deve-se tratar do tema das cidades. A inevitabilidade de se empreender um processo que vise à desconcentração das grandes cidades brasileiras - fruto da lógica econômica e social desenvolvida - se constitui urgente. Suas consequências e seus impactos socioeconômicos e ambientais repercutem para além de

suas fronteiras geográficas, tornando essencial o processo de descentralização das cidades.

Em algumas megalópoles está concentrada a maior parte da população e, também, dos recursos produzidos e extraídos no país. Sem embargo, para que isso seja possível, milhões de toneladas de alimentos, minérios, cimento e outros produtos, são transportados por longas distâncias em caminhões a *diesel*. É evidente que são muitas as consequências imediatas deste modelo de distribuição espacial inadequado para um país de dimensões continentais. Dentre elas, o alto custo econômico dos transportes, que contribui para a elevação dos preços dos produtos; a perda de quase 30% dos produtos, devido ao hiato entre o local de produção e o de consumo; a intensa emissão de gás carbônico e a formação de grandes crateras em decorrência da extração dos minerais em algumas regiões do país.

Assim, é importante que o planejamento e a criação de novas centralidades estejam próximos aos espaços de produção, sejam equipadas com tecnologias de geração de energia limpa e gozem de espaços destinados às sociabilidades. Além de nos debruçarmos sobre novas possibilidades para transformar os paradigmas de transportes atuais, que são necessidades emergentes para pensar a sustentabilidade.

Para continuar a refletir sobre modelos mais sustentáveis de vida, é inevitável debater sobre a indústria do plástico. Esta, apesar de recente, tem impactos ambientais altamente nocivos não apenas na contaminação do solo, da água e dos alimentos, como também, no processo de acidificação dos oceanos e na destruição da biodiversidade marinha. De acordo com o relatório “Da Poluição à Solução: Uma Análise Global sobre Lixo Marinho e Poluição Plástica” (2021), o plástico representa 85% dos resíduos que chegam aos oceanos. A maior parte desse montante de lixo, porém, provém do descarte de utensílios completamente inúteis para a sociedade, as chamadas “quinquilharias”, que devem ter sua produção amplamente repensada.

A lógica da obsolescência programada que atravessa as indústrias dos mais variados tipos também deve ser posta em questão. Para que isso ocorra, é preciso que o tema seja largamente difundido e debatido com toda a sociedade, ou seja, não pode e não deve ser um assunto de especialistas. Mas, evidentemente, precisamos de especialistas das mais diversas áreas do saber, que contribuam na pesquisa e na elaboração de propostas

e caminhem no sentido da transformação radical da sociedade. O conhecimento é patrimônio da humanidade e, por isso, deverá estar a serviço dela, especialmente quando se trata de um conhecimento produzido e pago por todos.

Ademais, o reconhecimento público das descobertas científicas também é necessário. Estas não podem ser transformadas em propriedade privada, servindo exclusivamente à extração de lucros privados. Se precisamos construir uma grande estrutura - e realmente precisamos -, é fundamental assentar as bases e fazer os alicerces, mesmo não tendo as condições para conclusão da mesma. Sabemos, entretanto, pela experiência histórica, que não é suficiente erguer um “puxadinho”. É importante atenuar, na emergência, mas isso não basta. São necessárias mudanças radicais que exigem, evidentemente, luta política.

Por fim, é indispensável interrogar-se seriamente sobre a ideia de “progresso”. Como coloca Adorno³⁴, “O progresso acontece lá onde ele termina”. Ou seja, se a concepção de progresso que organiza o desenvolvimento de nossa sociedade é construída sob o anúncio de uma catástrofe sociobiopolítica, uma vez que os recursos naturais são finitos, é preciso que essa ideia de progresso colapse para que surja, assim, um modelo diferente.

³⁴ Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno foi um filósofo, sociólogo, musicólogo e compositor alemão. É um dos expoentes da chamada Escola de Frankfurt.